

**UMA REFLEXÃO ACERCA DA CONTRIBUIÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL
NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL**

Luana Maria Cavalcanti Ferraz¹

Resumo

Este artigo faz uma reflexão sobre a contribuição do patrimônio cultural no desenvolvimento do Turismo de Base Local, a partir de análises sobre os conceitos de cultura, patrimônio e turismo à luz de alguns autores que se dedicam ao tema. A proposta não é esgotar possibilidades sobre as questões discutidas, mais instigar novas discussões, considerando-se o substancial crescimento das atividades turísticas no mundo contemporâneo, processo envolto em diferentes questões culturais que, em termos de turismo de base local, exige sensibilização e apropriação, traremos a tona educação patrimonial, metodologia e instrumento de manutenção para um processo de identidade consciente e de nada doutrinário.

Palavras-chave: Turismo; Cultura; Patrimônio.

¹ Aluna da Pós Graduação em Turismo de Base Local – UFPB, João Pessoa-PB.
luanamcf@hotmail.com.

1 Introdução

Este trabalho reflete sobre a contribuição do patrimônio cultural no desenvolvimento do Turismo de base local “lançando um olhar sobre o turismo cultural para além de sua apresentação com mero diferencial mercadológico em roteiros sofisticado” (GASTAL, 2002, p.70).

Como texto base, utilizo o artigo de Azevedo (1998) “Turismo, Cultura e Patrimônio”, além de outras contribuições, a exemplo de Funari (2008) e Fonseca, (2009), com estudos que tratam do patrimônio material e imaterial.

O Turismo de Base Local, como nos define Coriolano (1998), depende de iniciativas e esforços dos moradores do lugar, estes são os principais articuladores e construtores da cadeia produtiva turística, que trabalham para que a renda e o lucro do setor fiquem na comunidade, a fim de um aproveitamento e crescimento interno, contribuindo com a melhora de vida, de modo que a comunidade autóctone se sinta capaz de planejar, organizar e explorar as atividades turísticas que se efetivam em

seu território. Entretanto, todo este processo necessita de uma apropriação que não apenas valorize, mas conscientize o morador, fazendo com que o mesmo se sinta agente indispensável no desenvolvimento da atividade.

Não pretendo esgotar nenhuma possibilidade de análise, mas, a partir de algumas inquietações, refletir sobre a contribuição do patrimônio cultural na atividade turística de base local, ressaltando os impactos positivos e negativos que encontramos no seu processo de adequação.

Proponho, inicialmente, uma explanação sobre o caráter epistemológico do turismo que tem superado a perspectiva funcionalista, visando se adequar as novas categorias que contribuirão no processo de segmentação do turismo, a exemplo do Turismo Cultural que tem como público o indivíduo que procura o contato com a Cultura próxima da autêntica, tal como aquele que busca o espetáculo.

Trarei à tona o conceito de Cultura, Patrimônio e Turismo, além de um breve histórico sobre a valorização e expansão do patrimônio cultural no Brasil.

Com base no texto da Azevedo (1998) abordo as três tendências que se universalizaram e que contribuíram para um resgate da memória local. Por fim, trato de algumas soluções de apropriação para um Turismo de Base Local, suscitando a contribuição da educação formal e não formal no processo de sensibilização.

2 Considerações Iniciais

Nas últimas décadas o crescimento da atividade turística tem crescido cerca de 7% ao ano e tornando-se um dos fenômenos mais importantes no desenvolvimento social e econômico de diversas regiões, cujas categorias, entrelaçamentos e vertentes têm colocado ao campo epistemológico a necessidade de uma análise mais complexa, tendo em vista que não se pode apenas ater-se ao campo do funcionalismo, pois este já não responde aos questionamentos decorrentes dos fenômenos do turismo.

Dentre as novas categorias, que não se fixam apenas nas questões tempo, espaço e volumes, encontramos a diversão, a imagem, a ideologia, o sujeito, a pós-

modernidade, a comunicação e a tecnologia, que, por sinal, tem sido uma das principais aliadas na contribuição da expansão turística.

O mais interessante entre essas novas categorias é que são - de certa forma - indissociáveis. A relação que se cria entre elas faz parte do fenômeno turístico, pois proporciona um resultado mais preciso com essa interação. São elementos que compõe o desenvolvimento em pauta, ocasionando um melhor rendimento.

Segundo Luchiari (1998) “O turismo reinventa e cria novas funções, recupera antigas práticas e bens culturais por meio também do folclore, e monta atrações turísticas à região”, algo que acontece em consequência das novas tecnologias, da flexibilidade da pós-modernidade, da autonomia de criação do nosso imaginário, do acolhimento à nossas ideologias frente às informações, do sujeito enquanto autor das suas decisões, da viabilidade do nosso tempo e espaço e do desenvolvimento econômico, pois o turismo é um setor com chances de resolver a médio prazo os problemas de um

determinado local, região, proporcionando-lhe crescimento econômico e social.

Além de uma mescla de pessoas e culturas diferentes, o turismo – tanto o internacional quanto o interno – gera uma considerável redistribuição espacial da capacidade de auferir renda, com um impacto significativo sobre a economia da aera de destino (COOPER, 2001, p. 85).

A interação e a parceria das diversas empresas com o processo de globalização também têm permitido um maior espaço para o lazer e a diversão, atividades que se conectam à ideologia do sujeito que, por sua vez, convive com a autonomia do seu imaginário, de seus valores migrados a partir da comunicação, de onde ele quer chegar, absorver, do seu objetivo relativo à pratica do turismo. Por isto, identifico várias faces nessa intencionalidade, a exemplo da utilização da cultura que, quando aliada ao turismo, num contexto socioeconômico, é capaz de gerar renda e emprego, e quando bem apropriada, busca uma atividade com ética, que respeite as populações locais, a sua cultura e o seu patrimônio, a fim de que se

possa estabelecer um turismo de base local com êxito.

O turismo tem seus impactos que tanto constrói quanto desconstrói. Esta afirmativa depende de cada ponto de vista, do interesse de dois grupos distintos, incluindo a capacidade de carga² e de critérios para avaliação do impacto.

No Brasil, a prática do turismo cultural é algo recente, principalmente, porque sua preocupação em relação à cultura, ao patrimônio, ao processo de preservação e conservação é fruto do século XX, diferentemente do que já ocorria na Europa desde o século XIX, tendo a França como pioneira nesse processo de preservação do monumento histórico, da sua cultura após a Revolução Francesa.

A atividade turística é capaz de transformar, readaptar diversos territórios a fim de proporcionar um cenário que seja favorável para o seu desenvolvimento, de acordo com as características específicas do destino, a exemplo da revitalização,

² Refere-se a um ponto além do quais níveis superiores de visitas ou de desenvolvimento turístico que levam a uma deterioração inaceitável do ambiente físico e da experiência do visitante (COOPER, 2001, p.85).

restauração e requalificação dos centros históricos e das áreas urbanas. Ela canaliza para si os interesses necessários e tenta persuadir a comunidade a adequar-se aos seus moldes. Por isso, os moradores de determinadas regiões são muitas vezes alijados dos processos econômicos do turismo, mediante o interesse privado e estatal que maquam os problemas e despertam a esperança de uma mudança de vida, de superação, que, muitas vezes, não vem.

De fato, o turismo tem proporcionado em certas regiões uma nova elite, uma nova classe média formada por pequenos comerciantes, empresários que souberam aproveitar da oportunidade para melhorar de vida, entretanto, um aproveitamento desapropriado, sem qualquer reconhecimento, voltado tão somente pelo e para o turismo.

3 Patrimônio Cultural e Turismo

A tríplice aliança Cultura – Patrimônio - Turismo, que segundo Azevedo (1998), tem na cultura a força maior, nos traz reflexões quanto sua

(inter)conexidade, que quando não bem articuladas ocasionam descaracterização das propostas.

Funari (2008) conceitua a cultura como é uma produção histórica que faz parte das relações entre os grupos sociais, tendo a sua abrangência, após a formação dos Estados Nacionais, contribuindo de maneira enfática, sem se limitar à distinção de classes, preocupando-se em difundir valores como a língua nacional e as supostas origens comuns.

A cultura, sob essa ótica, consistia numa forma de “intercâmbio de ideias e experiências”, inclusive, de “apreciação de outros valores e tradições” diversos da civilização ocidental. Na sua acepção mais abrangente, a cultura era considerada um conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que distinguiam “uma sociedade e um grupo social”, abarcando, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (FUNARI, 2008, p.38).

Esta expansão do conceito de cultura trouxe discussões quanto as suas categorias, segmentações, e como processo de homogeneização que alguns teóricos acreditam ter ocorrido com a globalização. Todavia, o contato com as diversas

culturas, seja ela material ou imaterial, têm contribuído com o desenvolvimento da atividade turística, considerada como fenômeno que tanto destaca a diversidade cultural. O fluxo das visitas turísticas se dá por diversos motivos, por exemplo, através do interesse em conhecer a cultura local que inclui o contato com o patrimônio, elo entre passado e presente, proporcionando uma experiência cultural de sensações variadas.

O antropólogo Barth (2005) nos afirma que a disseminação da cultura é feita por pessoas e entre pessoas, através da partilha de experiências, da troca de conhecimentos, num fluxo contínuo onde ocorrem reflexões, identificações, instruções, e o que fica compartilhado é um modelo cultural. Por isto, é necessário focar na experiência como ponto de partida para sua disseminação.

Com a ampliação do que poderia ser considerado como cultura, e a superação da visão positivista extremamente imperativa nas definições dos teóricos e em suas seleções quanto ao que deveria ser ou não patrimônio, as políticas públicas de preservação e

conservação, os projetos e parcerias começaram a tomar lugar e a se preocuparem com o caráter interdisciplinar das propostas que visavam e visam um reaproveitamento dos lugares, entendidos como cenários de extrema relevância para fazê-lo pensar, agir, sentir, em que o patrimônio material ou imaterial, a busca pela diferença torna viável a prática do turismo através das relações entre os sujeitos e tais categorias. Por patrimônio se entende bens moveis e imóveis, naturais ou construídos, que uma pessoa possui ou consegue acumular.

Para Azevedo (1998), “O Turismo tem na cultura e no patrimônio dois esteios insubstituíveis que lhe permitem usufruir o encontro de singularidades”, as quais dão sentido às atividades turísticas que começam a tomar forma a partir das curiosidades, das riquezas tangíveis ou intangíveis de um determinado local ou região, tornando-se centro de diversos interesses sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais.

Ao tratar de singularidades, ainda segundo a autora, toca-se nas identidades. Mesmo com todo avanço, com distâncias

encurtadas e com a massificação dos meios de comunicação influenciados pelo progresso que criou possibilidades de deslocamento virtual, fazendo com que o real e o virtual se misturassem, as particularidades culturais não foram sucumbidas como um todo, são elas que determinam as diferenças, as origens, as raízes, a etnia de um povo.

Um exemplo de diversificação dessa cultura é o patrimônio cultural, capaz de mostrar as diferenças, as peculiaridades de cada local, as distâncias temporais, as descobertas e as marcas dissonantes, nos fazendo ter contato com sua pluralidade, a exemplo da que encontramos no Nordeste brasileiro, região de extrema variação cultural.

4 Um breve histórico sobre o Patrimônio no Brasil

O patrimônio cultural no Brasil ganhou margem a partir do século XX com o movimento neocolonial que tinha como precursor o arquiteto Ricardo Severo que lutava pela não destruição de um passado

já edificado e muitos deles destruídos pelo modismo de transformar os aglomerados urbanos em cenários europeus.

A preocupação com as obras de artes que estavam sendo levadas para fora do Brasil, tal como a destruição das construções coloniais que estavam sendo deterioradas, levaram a formação de um grupo de engenheiros e arquitetos que se sentiam preocupados com a memória do país, as suas marcas, os seus traços, fazendo-os elaborar vários projetos de proteção ao patrimônio ao longo da década de 1920, embora, muitos tenham fracassado.

Na década de 1930 é que as iniciativas preservacionistas começam a alcançar resultados mais consistentes, dando visibilidade ao patrimônio cultural com a criação, em 1936, do primeiro órgão nacional o “Serviço de Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN)”, que começou a instaurar a cultura do patrimônio, a principio, a partir de conteúdos ideológicos que eram determinados pelo Estado Novo da ditadura Vargas.

Era o Estado que controlava a memória com o estímulo de um sentimento nacionalista mascarado. Como patrimônio, os bens culturais selecionados estavam ligados ao que poderia ser considerado como obra de arte, o imaterial condicionava-se em momentos específicos da história brasileira. Além de selecionar, o Estado manipulava o que deveria ser ou não lembrado, permitindo que um caráter eurocêntrico viesse à tona ao querer preservar figuras políticas postas em monumentos (estátuas), se distanciando de um patrimônio mais perto do homem, do cotidiano e centrando-se em ícones em que ressaltavam e criavam a memória feita dos grandes “heróis”.

Somente com a Institucionalização do SPHAN que se tornou IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Nacional), em 1970, é que as políticas tornaram-se mais expansivas - não por falta de iniciativas do SPHAN liderado por Rodrigo de Melo Franco, mas pelo cenário centralizador, planejado, elitista da política da época -, e a definição de patrimônio e sua seleção se estendeu para o campo imaterial, dando margem a

diversos inventários e tombamentos, tanto no âmbito estadual como no nacional.

Em determinadas regiões brasileiras, a política de preservação é de larga escala, a exemplo das cidades de Ouro Preto e Mariana em Minas Gerais, tendo em vista a quantidade de antigas construções bem preservadas, com traços marcantes deixados pela história e que permaneceram no tempo, contribuindo com a memória não apenas coletiva, mas individual.

O fluxo de pessoas nesses lugares é contínuo, o que gera não apenas lucro, mas uma troca de saberes, de conhecimentos em que pessoas de diversas partes do mundo passam a ter contato com a cultura, a história, a identidade de outros povos, disseminando experiências, proporcionando o contato com a cultura, com um novo modelo cultural, conforme comenta Barth (2005). Tal processo, direcionado de modo a dar vida ao patrimônio para torná-lo ainda mais viável à atividade turística é uma lógica adotada pelas empresas privadas e governos em suas várias instâncias no aproveitamento da geografia dos lugares, elementos

históricos, naturais e cultura, para colocarem em prática seus interesses, visando o crescimento econômico próprio e da região.

Há uma busca de novas paisagens que vão se tornando objetos de consumo. Vale salientar que este consumo se dá de maneira diferente para a população local e para o turista. A paisagem passa a ser vista como uma novidade estética, fruto da necessidade turística, da sua produção.

De maneira negativa, o que não ocorre é uma preocupação com a apropriação interna, distanciando o morador local das atividades, da conscientização do mesmo enquanto agente indispensável, tornando-o apenas mão-de-obra para sua estrutura de funcionamento. O turismo, assim, como atividade que altera as relações sociais de produção, modifica o cotidiano das populações nativas e resulta em implicações de ordem sociocultural, ambiental e econômica (MACÊDO, 2011).

Azevedo (1998) chama atenção para o fato de a interação entre cultura, patrimônio e turismo provocarem tendências emergentes, que vão se

universalizando de modo a atender não apenas as exigências do mercado, mas a um turismo de base local com ética e com valorização do patrimônio humano, afinal, o patrimônio é um elemento da cultura de extrema importância que, além de caracterizar perfis, externa diferentes temporalidades, espaços, marcas, contribui com o fluxo da economia quando bem explorados e serve como instrumento para o exercício da cidadania.

Na primeira tendência, Azevedo (1998) destaca o fenômeno de fluxo contrário, em que as pessoas estão se deslocando do centro para periferia, do litoral para o interior, à procura de uma vida mais tranquila, longe do caos urbano. Na Paraíba, é notória a expansão e o investimento em resorts, assim como dos condomínios em áreas rurais que proporcionam uma relação próxima com a natureza, com a vida campestre, quando também há “segmentos populacionais afastados dos grandes centros, com estilos de vida, usos, tradições pouco conhecidas ou estudadas” (AZEVEDO, 1998, p.153).

A valorização do patrimônio humano, das comunidades tradicionais,

considerada como a segunda tendência, tem sido outro fator de extrema relevância frente aos estudos, as pesquisas, aos projetos que culminam no investimento, no campo de visibilidade da cultura, com o intuito de não apenas valorizar, mas reconhecer e identificar suas particularidades, um exemplo são as comunidades quilombolas ainda existentes em diversas partes do país.

Por último e não menos importante, Azevedo (1998) reserva para a terceira tendência, as trocas comunicacionais relativas ao ouvir do receptor e o dizer do emissor, ou seja, o ir e vir da história oral que tem superado e preenchido as lacunas, resolvido as divergências da história, servindo como técnica e método de investigação.

Todavia, o que estas três tendências têm em comum é o acesso à memória que permite que identidades sejam reconhecidas, recuperadas e a cidadania seja despertada como uma forma de fazer com que o outro se reconheça enquanto protagonista do lugar onde mora.

As modificações no conceito de cultura e patrimônio ampliados com o

tempo e com as discussões nas conferências de patrimônio, segundo Funari e Pelegrini (2008), estão ligadas às transformações das formas de convívio social e aos padrões culturais que regem a existência humana. O patrimônio materializa a cultura, trazendo-a para o convívio social frente a sua diversidade que dá forma ao caráter plural das identidades. O que antes era tido como excepcional, hoje faz parte de um espaço que nos permite refletir naquilo sobre a nossa identidade, sobre o exercício da nossa cidadania.

A relação entre cultura, patrimônio e turismo não é de nada pacífica. Suas divergências estão centradas nos diversos interesses que não comungam pelas mesmas vias, e, muitas vezes, excluem a atividade turística por percebê-la apenas como interesse de mercado, distanciando-a dos reais valores culturais, pois ela não foi criada exclusivamente para o uso do turismo, tornando o patrimônio objeto de consumo sem nenhum trabalho de sensibilização e conscientização local. Esse não entrelaçamento das categorias atua de maneira negativa, pois desperdiça o teor de

cooperação, da sinergia que poderia contribuir com uma atividade mais dinâmica e cheia de vida.

A paisagem turística tornou-se um cenário de coisas que correspondem não apenas à sociedade em si, mas ao que o turismo está em busca, o extraordinário, o incomum. Segundo o mundo do turismo, o patrimônio histórico - que não é um depósito de história, mas um conjunto de relações - tem perdido um pouco do seu valor cultural para o valor turístico (LEANDRO, 2006).

À análise de Carvalho (2009) sobre o Turismo e preservação do patrimônio cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luís/MA nos mostra o processo inadequado que ocorreu no Centro Histórico, o processo de turistificação da paisagem sem que existisse apropriação adequada para os moradores, que ao serem indagados sobre a importância do patrimônio histórico cultural de sua localidade para sua identidade, demonstram uma alienação com relação ao reconhecimento dos lugares enquanto protagonistas. Tornaram-se mão-de-obra

do turismo local, sem serem despertados com o sentimento de pertencimento.

Os bens patrimoniais são “construtores de identidade e detentores de um forte componente simbólico que contribui para a incorporação de localidades históricas ao processo de desenvolvimento do turismo” (CARVALHO, 2009, p. 5), mas que, por si só, não dão conta desse processo de sensibilização, do despertar de uma topofilia³ que gere uma conscientização mais precisa e participativa da comunidade local, a qual ocorre com maior facilidade se no lugar existir um certo fluxo de visitantes.

A turistificação dos espaços urbanos e naturais ocasiona mudanças na dinâmica das populações tradicionais; substitui-se o caráter de afetividade e de significação inerentes ao patrimônio pela sua vinculação a um bem de consumo, a presença de turistas interfere na rede de relacionamentos dos atores sociais e, sobretudo, incide-se nas práticas de preservação do patrimônio cultural (CARVALHO, 2009 p. 3).

³ Processo de identificação, vinculação, e apreço ao lugar.

Na verdade, um desenvolvimento local precisa do homem consciente, que significa muito mais do que um homem conscientizado. Sua atuação neste processo culmina com uma compreensão de que os mesmos podem e devem contribuir com a ordem social diversa da vigente (CORIOLANO, 1998), fenômeno que evidencia a relevância da cultura como segmento considerável para o turismo de base local que pode ser apropriado a partir da educação patrimonial atuando como mecanismo de valorização e de pertencimento das comunidades locais ao patrimônio (RIBEIRO; SANTOS, 2008).

Mas, o que seria a então chamada educação patrimonial? Segundo Moraes (2010, p. 7):

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões pertinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de curso de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca

do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e conseqüentemente o interesse pelo tema.

O campo da educação patrimonial tem crescido nos últimos dez anos e proporcionado um crescimento na produção acadêmica em seus diversos espaços. A maioria dos projetos, das propostas elaboradas para um processo consciente, afetivo de apropriação, de reconhecimento do cidadão enquanto agente histórico de extrema relevância para o nosso patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível, surge de maneira local colaborando com a memória coletiva, memória em comum a um povo, que ganha força e se apresenta como instrumento indispensável no processo de resgate da identidade local.

5 Considerações Finais

O turismo pode ser mediado pela dinâmica da educação patrimonial, contribuindo com o movimento da preservação, tornando os turistas como

atores interativos e ao mesmo tempo complementares no processo de valorização e de incentivo a manutenção do patrimônio.

O patrimônio histórico cultural configura o interesse a certos destinos, o que supera a superficialidade do turismo de massa que tem perdido seu espaço devido às novas formas e possibilidades e meios, pois o mesmo visa a quantidade, a homogeneização, preocupando-se na (re)produção maciça de volumes e formas que atenda a um grande número de pessoas, enquanto o turismo cultural preza pela peculiaridade de suas expressões, com apreço a qualidade.

Para a comunidade local, esse processo de apropriação e sensibilização partindo de uma educação formal e informal de conscientização, do reconhecimento da identidade, do exercício da cidadania permitem utilizarmos uma atuação mais próxima e viável, interagindo com o seu cotidiano, com a memória individual, que quando despertada permite que seja montando um elo entre passado e presente, atentando o morador à importância da comunidade aonde ele vive.

Corroboro com Ribeiro e Soares (2008) quando nos afirmam que estas ações podem atuar de maneira a incentivar, estimular, envolver através de oficinas, palestras, cursos, intervenções artísticas fazendo com que os participantes possam compreender a importância da memória coletiva, comum a um povo, a partir da disseminação das lembranças, da manutenção dos símbolos e signos do patrimônio histórico cultural de sua localidade.

Não é a curto prazo que o desenvolvimento das práticas provenientes da educação patrimonial trarão resultados. A construção passo a passo transformará os indivíduos, que tornar-se-ão mais conscientes, envolvidos no processo de valorização de sua cultura, o que contribuirá para um Turismo de Base Local mais adequado. Este processo educativo fará com que os mesmos se reconheçam e valorizem o patrimônio de sua cidade, de seu país, preservem a memória sem que políticas prontas sejam estabelecidas.

Como cidadãos reconhecidos e identificados a partir dos seus bens

culturais, da sua história, de um conhecimento mais próximo de sua realidade, a apropriação afetiva e consciente acontecerá e possibilitará uma atividade turística mais legítima, com uma comunidade efetivamente mais participativa, a visar não apenas um crescimento econômico, mas uma atuação como indivíduo que cuida, preserva, valoriza, dissemina a cultura que lhe faz parte.

6 Referências Bibliográficas

AZEVEDO, J. **Turismo, cultura e patrimônio**. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes. Teixeira. (Org.). **Turismo com ética**. v.1. Fortaleza: UECE, 1998.

BARTH, F. **Etnicidade e o Conceito de Cultura**. Revista Antropolítica. n° 19, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_19.pdf>. Acessado em 10 de Dezembro de 2011.

CARVALHO, A. L. P. **Imagino que vamos viajar – a construção simbólica do turismo por imagens e imaginários**. SEABRA, G. (org). **Turismo de base local: identidade local e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CARVALHO, K. D. **Lugar de Memória e Turismo Cultural: Apontamento teóricos para o planejamento urbano sustentável**. Revista de Cultura e Turismo, v. 4, n. 1, 2010.

Disponível em: <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/ref.php?id=1013>> Acessado em 10 de Dezembro de 2011.

_____. **Turismo e Preservação do Patrimônio Cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luis (MA)**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 3, n.1, p. 25-45, 2009. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/viewFile/128/169>> Acessado em: 10 de Agosto de 2012.

COOPER, C; ARCHER, B. **Os impactos positivos e negativos do turismo**. In THEOBALD, W. F (org.). **Turismo Global**. São Paulo: Editora Senac, 2001.

CORIOLANO, L. N. M. T; LIMA, L. C. (orgs.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade SocioAmbiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____. **Turismo com ética**. Fortaleza. Fortaleza: UECE, 1998, p.418

FONSECA. M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da Política Federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2009.

FUNARI, Pedro P; PELEGRINI, Sandra A. C. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GASTAL, S. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL. ; BENI. ; CASTRO, G. (org.) **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

LEANDRO, A. G. **O Turismo em João Pessoa e Construção da Imagem da Cidade.** 2006. p. 195. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2006.

LUCHIARI, M T. D. P. **Urbanização turística: um novo nexó entre lugar e o mundo.** In Lima, Luiz Cruz (org). **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico.** Fortaleza. UECE, 1998, p. 15-29.

MACÊDO, E. M. **O turismo, altera as relações sociais de produção, modifica o cotidiano das populações nativas e resulta em implicações de ordem sociocultural, ambiental e econômica.** 2011. p. 182. Dissertação de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MORAES, A. P. **A educação patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o**

patrimônio cultural. Monografia apresentada no curso de Ciência da Educação na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RIBEIRO, M. ; SANTOS, E. O. Turismo cultural como forma de educação patrimonial para as comunidades locais. **Revista Itinerarium**, v.1, p. 1-12, 2008. Disponível em <www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/download/.../108> Acesso em 16 de Agosto de 2012.

SALVADORI, M. A. B. **História, ensino e patrimônio.** Araraquara: Junqueira&Marin SA, 2008. v. 01.

TEIXEIRA, C. A. R. A educação patrimonial no ensino de história. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 22, n. 1, 2008. Disponível em <www.brapci.ufpr.br>. Acesso em 12 maio 2012.